



PROGRAMA DO PROCEDIMENTO



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nas Zonas Rurais



ASSOCIAÇÃO DE REGANTES E BENEFICIÁRIOS DE CAMPILHAS E ALTO SADO

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ESTUDOS E PROJETOS

CP 23.02.ARBCAS

“Projeto de execução do Bloco de Rega do Concelho”

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Índice

Clausula 1ª	5
Identificação do Concurso.....	5
Clausula 2ª	5
Entidade adjudicante	5
Clausula 3ª	5
Orgão que tomou a decisão de contratar e da escolha do procedimento	5
Clausula 4ª	6
Consulta e disponibilidade das Peças do procedimento.....	6
Clausula 5ª	7
Esclarecimentos, rectificação e alteração das peças do Procedimento.....	7
Clausula 6ª	8
Inspeção do Local de trabalho/visitas.....	8
Clausula 7ª	8
Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas	8
Clausula 8ª	9
Concorrentes.....	9
Cláusula 9.ª	9
Agrupamentos.....	9
Cláusula 10.ª	9
Proposta e documentos	9
Cláusula 11.ª	10
Propostas Variantes	10
Cláusula 12.ª	10
modo de apresentação das propostas.....	10
Cláusula 13.ª	11
Prazo para apresentação de propostas.....	11

Cláusula 14.ª	11
Documentos da Proposta.....	11
Cláusula 15.ª	12
Idioma dos Documentos da proposta	12
Cláusula 16.ª	13
Modo de Apresentação das Propostas	13
Cláusula 17.ª	13
Abertura de propostas	13
Cláusula 18.ª	13
Prazo da obrigação de manutenção da proposta	13
Cláusula 19.ª	14
Leilão eletrónico e negociação das propostas apresentadas.....	14
Cláusula 20.ª	14
Critério de Adjudicação da Prestação de serviços	14
Cláusula 21.ª	14
Preço base e Prazo de Execução	14
Cláusula 22.ª	15
Preço Anormalmente Baixo	15
Cláusula 23.ª	15
Esclarecimentos e suprimentos das propostas	15
Cláusula 24.ª	16
Exclusão das Propostas	16
Cláusula 25.ª	17
Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final	17
Cláusula 26.ª	17
Adjudicação.....	17
Cláusula 27.ª	18
Documentos de habilitação e modo de apresentação	18
Cláusula 28.ª	19
Modo de prestação e valor da Caução.....	19
Cláusula 29.ª	20
Minuta e outorga do contrato	20
Cláusula 30.ª	20
Causas de Não Adjudicação	20
Cláusula 31.ª	20
Encargos do Concorrente.....	20
Cláusula 32.ª	21
Informação sobre proteção de dados pessoais	21
Cláusula 33.ª	22
Impugnações administrativas	22



Cláusula 34.ª	22
Notificações e comunicações.....	22
Cláusula 35.ª	22
Prevalência	22
Cláusula 36.ª	22
Legislação Aplicável.....	22
Anexos.....	23
Modelo de declaração	30

CONCURSO PÚBLICO

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CLAUSULA 1ª

IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

1. O presente procedimento de concurso público 2301, com publicidade internacional, nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 1 e na alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), tem por objeto a aquisição de serviços para elaboração de estudos e projetos para “**Projeto de execução do Bloco de Rega do Concelho**”, no aproveitamento hidroagrícola do Alto Sado, no concelho de Santiago do Cacém, distrito de Setúbal, cujas especificidades e características técnicas se encontram melhor definidas no caderno de encargos.

2. Os serviços objeto do presente concurso são classificados com o código 71335000-5 de acordo com a nomenclatura de referência dada pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV), correspondente à descrição de Estudos de Engenharia, indicados no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008.

CLAUSULA 2ª

ENTIDADE ADJUDICANTE

1. A entidade adjudicante é a **Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado**, com sede na Estrada Nacional 261/2, Alvalade Sado, 7565-117 ALVALADE, e com os seguintes contatos para efeito do presente concurso: Telefone: (00351) 269 595127; 269 590034, Correio Eletrónico: arbcas@sapo.pt e sitio institucional www.arbcas.pt.

CLAUSULA 3ª

ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR E DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

1. O órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa do presente procedimento é a **Direção da Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado**, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, suas posteriores alterações e republicações, doravante designado abreviadamente por CCP.

2. O concurso é conduzido por um Júri, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, designado pelo órgão competente acima referido, o qual foi nomeado na reunião de Direção de 14 de Dezembro de 2023, ata nº 11/2023.

3. A decisão de contratar a prestação de serviços referida no n.º 1, foi tomada pela Direção da **Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado** na reunião de Direção de 14 de Dezembro de 2023, ata nº 11/2023, tendo sido deliberada a abertura do procedimento de concurso público com publicitação no Jornal Oficial da União Europeia, como consta da respetiva Ata de Reunião.

4. Na reunião de Direção de 14 de Dezembro de 2023, ata nº 11/2023 foi nomeado o gestor do contrato, nos termos do Artigo 290.º-A do CCP.

CLAUSULA 4ª

CONSULTA E DISPONIBILIDADE DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 40º, o presente Procedimento é constituído pelas seguintes peças:

- Anúncio;
- Programa do Procedimento e os seus anexos;
- Caderno de Encargos e seus anexos.

2. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública acinGov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), em conformidade com o n.º 1 do artigo 133.º do CCP, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica.

3. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis, para consulta e download, na plataforma eletrónica acinGov, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República até ao termo do prazo para apresentação das propostas, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.

4. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.

5. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17.08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma acinGov apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma. Sempre que ocorram problemas técnicos na rede pública ou na plataforma eletrónica que impossibilitem ou tornem excessivamente demorada a prática de qualquer ato que, nos termos do CCP, deva ser praticado na plataforma eletrónica, a entidade adjudicante, por iniciativa própria ou a solicitação dos concorrentes, deve tomar todas as medidas necessárias de forma a que os interessados não sejam prejudicados, podendo, nomeadamente, prorrogar o prazo para a prática desses mesmos atos, o qual aproveita a todos os interessados.

CLAUSULA 5ª**ESCLARECIMENTOS, RECTIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

1. O órgão competente para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento é o júri do procedimento, nos termos do artigo 50.º do CCP.
2. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, via plataforma eletrónica, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo e pela mesma via, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos dos n.ºs 2 a 4 do artigo 50.º do CCP.
3. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O júri nomeado para efeitos do presente concurso deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, devendo identificar os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até final do prazo de entrega das propostas, caso em que deve atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
6. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados de tal facto.
7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

CLAUSULA 6ª

INSPEÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO/VISITAS

1. Os interessados podem visitar o local objeto do presente procedimento, e a expensas suas, para aferição das condições que entendam poder influir no modo de execução das prestações objeto do contrato e confirmar os dados e elementos disponibilizados pela entidade adjudicante.
2. Os interessados poderão solicitar, mediante pedido, efetuado na plataforma eletrónica, a realização de visitas ao local por forma a inteirarem-se, localmente, das condições estabelecidas no caderno de encargos.
3. A visita deve ser solicitada atempadamente de forma a ser realizada dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, de acordo com o calendário a definir pela entidade adjudicante, com vista a permitir que os pedidos de esclarecimento, formulados pelos interessados, incluam as eventuais dúvidas decorrentes da visita.
4. Os interessados não poderão, em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos para condicionar a apresentação da sua proposta.

CLAUSULA 7ª

PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
3. Para além das situações indicadas nos números anteriores, a pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado.
4. As decisões de prorrogação previstas nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, são juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões no Diário da República e JOUE e aproveitam a todos os interessados.

CLAUSULA 8ª

CONCORRENTES

1. São concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta.
2. Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do CCP, não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

CLÁUSULA 9.ª

AGRUPAMENTOS

1. A proposta pode ser apresentada por um agrupamento de concorrentes, constituído por pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP.
2. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07.

CLÁUSULA 10.ª

PROPOSTA E DOCUMENTOS

1. A prestação de serviços será executada em regime de Preço Global.
2. A proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo do Anexo A, deste Programa do Procedimento, será redigida em língua portuguesa, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas.
3. A proposta de preço será assinada pelo concorrente ou seu representante legal que tenha(m) poderes para o(s) obrigar, de acordo com o número 4 do artigo 57.º do CCP, devidamente conjugados com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto
4. A proposta de preço deverá ser sempre acompanhada pela lista de preços unitários que lhe serviu de base.

5. O preço da proposta será expresso em euros, em algarismos e por extenso, e não incluirá o imposto sobre valor acrescentado.

CLÁUSULA 11.^a

PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do CCP.

CLÁUSULA 12.^a

MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. As propostas devem ser assinadas e submetidas na plataforma eletrónica com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17.08.
2. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato zip ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes, nos termos da lei, a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta, de acordo com as disposições conjugadas dos artigos 146.º e 57.º do CCP, caso não procedam ao suprimento das irregularidades formais, no prazo estipulado pelo júri, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 18.º deste programa do procedimento, conjugado com a alínea c) do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
4. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.
5. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17.08, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como preencher o formulário principal.
6. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do site onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos site e documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.

7. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

CLÁUSULA 13.^a

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados até às 23:59:59 horas do 20º dia a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República e no JOUE, na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública acinGov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>
2. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo fixado.
3. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número um, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o estipulado no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

CLÁUSULA 14.^a

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1. Na proposta, o concorrente manifesta a sua vontade de executar a prestação de serviços e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta, o concorrente deve apresentar os seguintes elementos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - b) Proposta de preço em conformidade com o modelo no ANEXO A do Programa do Procedimento;
 - c) Proposta de preços unitários em conformidade com os itens definidos na cláusula 21 do presente documento.
 - d) Memória justificativa e descritiva (MJD) do modo como o concorrente se propõe a organizar a prestação de serviços, onde deverá especificar os aspetos técnicos e a descrição dos trabalhos a realizar que considere essenciais à validade da sua proposta para cada uma das rubricas na cláusula 21 do presente documento e nas cláusulas técnicas do caderno de encargos.
 - e) Plano de trabalhos, plano de pagamentos e cronograma financeiro adaptado às rubricas indicadas na cláusula 21 do presente documento. Para efeitos da elaboração dos planos e cronogramas solicitados, o concorrente deve considerar que a prestação de serviços terá início em março de 2024.

Esta indicação não vincula, de modo nenhum, o Dono da Obra, destinando-se apenas a dar uma orientação aos concorrentes em relação às datas previstas para início dos trabalhos.

f) Cronograma de mobilização, com indicação do tempo de afetação de cada membro da equipa, em termos globais e escalonadamente ao longo do prazo de execução da prestação de serviços.

g) Lista de taxas horárias e preços de deslocação discriminadas por categorias profissionais para prestação de assistência técnica ao dono da obra, durante o prazo de 2 (dois) anos após a conclusão da prestação de serviços, quando eventualmente for chamado a pronunciar-se sobre situações decorrentes da execução e colocação em prática dos estudos e projetos, bem como a comparecer em situações que a sua presença se revele necessária.

h) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento.

i) No caso de o Concorrente ser constituído por um agrupamento de várias empresas, declaração do Acordo–Promessa de Constituição, na qual esteja indicada a modalidade do agrupamento, a discriminação de todas as empresas intervenientes e da representante, onde assumam responsabilidade solidária passiva quanto à apresentação da proposta e quanto ao cumprimento do contrato de prestação de serviços.

j) Outros elementos, de apresentação facultativa, que o concorrente considere de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado no presente Processo de Concurso, para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do nº 1 do artigo 57º do CCP.

3. Quando a proposta seja apresentada por um Agrupamento Concorrente, a declaração referida na alínea a) do ponto 14.2, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

4. O concorrente deverá pronunciar-se sobre todas as alíneas acima indicadas, devendo as mesmas estarem claramente identificadas nos documentos que constituem a proposta.

CLÁUSULA 15.^a

IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, ou em caso de algum documento ser redigido em língua estrangeira deverá ser acompanhado de tradução devidamente legalizada para língua portuguesa.

CLÁUSULA 16.^a**MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

1. A proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo do Anexo A do Programa do Procedimento, e com o artigo 62.º do CCP.
2. Os preços na proposta são indicados em algarismos e por extenso e não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado.
3. Cada documento deve constituir um ficheiro autónomo, com o nome dos ficheiros que permita a sua imediata identificação.
4. A colocação de ficheiro na plataforma deverá ser otimizada, devendo para o efeito agrupar-se ficheiros autónomos em ficheiros/pastas comprimidos, devendo a identificação ser fácil e imediata.

CLÁUSULA 17.^a**ABERTURA DE PROPOSTAS**

1. O Júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica.
2. Mediante a atribuição de um nome de utilizador e de uma palavra passe aos concorrentes incluídos na lista, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo, para o efeito, apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos nºs 1 e 2 da presente Cláusula.

CLÁUSULA 18.^a**PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 100 (cem) dias contados da data de termo do prazo fixado para apresentação das propostas, que se prorroga sucessivamente por períodos de 66 (sessenta e seis) dias no caso de, no decurso de cada período, os concorrentes nada declararem em contrário.

CLÁUSULA 19.^a**LEILÃO ELETRÓNICO E NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS**

1. No presente procedimento não há lugar a leilão eletrónico nem a negociação das propostas.

CLÁUSULA 20.^a**CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

1. O critério de adjudicação do presente procedimento é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade multifator, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 74.º do CCP.
2. O modelo de avaliação das propostas relativo aos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e os respetivos coeficientes de ponderação são os seguintes:
 - 1) Valia Técnica da Proposta 70%;
 - 2) Preço Global 30%.
3. Para a avaliação das propostas utilizar-se-á o modelo constante no Anexo B do presente Programa.
4. Tendo presente o critério de adjudicação da prestação de serviços referido no ponto 20.1 e o modelo de avaliação definido em 20.2, se da agregação dos resultados da avaliação parcial dos fatores elementares resultar uma classificação final que atribui o primeiro lugar a mais do que uma proposta, será considerada para efeitos de adjudicação a proposta que, de entre essas, tiver apresentado o preço mais baixo. E, posteriormente, caso o empate se mantenha, como segunda regra de desempate, será ordenada em primeiro lugar a proposta que tiver melhor pontuação no fator Valia Técnica da Proposta. Como terceira e última regra de desempate, será ordenada em primeiro lugar a proposta que tiver melhor pontuação no subfactor A2 do fator Valia Técnica da Proposta.

CLÁUSULA 21.^a**PREÇO BASE E PRAZO DE EXECUÇÃO**

1. O valor fixado como parâmetro base do preço contratual, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 47.º do CCP, é de 490.000,00€ (quatrocentos e noventa mil euros), ao qual acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado (vulgo IVA) à taxa legal em vigor.
2. O preço contratual será dividido nas seguintes prestações que devem constituir a lista de preços unitários:

Item	Designação	Observações
1	Elaboração do Estudo Prévio (Nota Técnica I, II e III)	O preço deste item não pode exceder 25% do valor contratual.
2	Avaliação de Impacte Ambiental	O preço deste item não pode exceder 25% do valor contratual.
3	Elaboração do Projeto de Execução	
4	Aprovação do projeto pelas entidades competentes	O preço deste item não poderá ser inferior a 10% do valor contratual.

3. O prazo para execução é de 290 (duzentos e noventa) dias, a contar da data da assinatura do contrato.

4. A contagem do prazo é contínua, não se suspende aos Sábados, os Domingos e os Feriados.

CLÁUSULA 22.ª

PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando for igual ou inferior a 367.500,00 € (trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos euros).

CLÁUSULA 23.ª

ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTOS DAS PROPOSTAS

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes os esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:

a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura ou da proposta, incluindo as declarações dos anexos I e V ao Código de Contratação Pública ou o Documento Europeu Único de Contratação Pública;

- b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
- c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.
4. O não suprimento pelo concorrente das irregularidades das propostas, referidas no número anterior, no prazo fixado para o efeito constitui contraordenação grave punível com coima, nos termos do disposto na alínea e) do artigo 457.º do CCP.
5. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
6. Os pedidos do júri indicados neste Cláusula e as respetivas respostas serão disponibilizados na plataforma eletrónica, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

CLÁUSULA 24.^a

EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS

1. Serão excluídas as propostas que se enquadrem nas situações previstas nas alíneas do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. Serão excluídas as propostas cuja análise revele:
- a) Que não apresentem algum dos documentos mencionados na cláusula 14.^a.
 - b) Que apresentem atributos que violem os parâmetros fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetido à concorrência, sem prejuízo do artigo 49.º do CCP.
 - c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos.
 - d) Que o preço contratual seja superior ao preço base.
 - e) Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou que os esclarecimentos prestados não tenham sido aceites nos termos do artigo 71.º do CCP.
 - f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis.
 - g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência.

h) Constitui motivo de exclusão das propostas o facto dos documentos que as constituem não se encontrarem redigidos conforme previsto na cláusula 15ª do presente programa.

CLÁUSULA 25.ª

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS, RELATÓRIO PRELIMINAR, AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL

1. Após a análise das propostas e a sua avaliação em função do critério de adjudicação definido no presente programa de procedimento, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a respetiva ordenação para efeitos de adjudicação.
2. No relatório preliminar o júri deve também propor e fundamentar, se for o caso, a exclusão de qualquer proposta que preencha a previsão do n.º 2 ou do n.º 3 do artigo 146.º, bem como qualquer das causas de exclusão previstas no presente programa de procedimento ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 132.º, todos do CCP.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.
4. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica, para se pronunciarem no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
5. A audiência prévia dos concorrentes encontra-se dispensada quando tenha sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.
6. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo sem que qualquer dos concorrentes se haja pronunciado, o júri elabora relatório final fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do presente Cláusula.
7. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

CLÁUSULA 26.ª

ADJUDICAÇÃO

1. Cumpridas as formalidades previstas nos Cláusulas anteriores, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

2. Nos termos da alínea a), do nº 2, do artigo 46º-A do CCP, não será feita a adjudicação por lotes na medida em que as prestações a abranger pelo respetivo objeto são técnica e funcionalmente incidíveis, sendo que a sua separação poderia causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante e para a boa execução do contrato.
3. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de avaliação das propostas;
4. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no Cláusula seguinte e para, no mesmo prazo, prestar caução nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, indicando expressamente o seu valor.
5. O adjudicatário será ainda notificado, em simultâneo, para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

CLÁUSULA 27.ª

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E MODO DE APRESENTAÇÃO

1. O adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no número 10 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontre registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
2. A declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP deve ser emitida conforme modelo constante do Anexo F do presente programa de procedimento, do qual faz parte integrante.
3. Com os documentos de habilitação, o adjudicatário deve, ainda, caso se trate de uma sociedade comercial, apresentar o comprovativo de registo de beneficiário efetivo, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21/08.
4. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
5. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
6. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a

essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa (a não ser que tenha sido prevista a possibilidade da redação de documentos em língua estrangeira sem necessidade de tradução).

7. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da portaria n.º 372/2017, de 14.12, ser apresentados por todos os seus membros.

8. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de qualquer documento cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

9. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.

10. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado para que, no prazo de 5 (cinco) dias se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

11. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

12. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica.

13. Juntamente com os documentos de habilitação e caso seja aplicável, o adjudicatário deverá, ainda, apresentar cópia do contrato de consórcio, bem como quaisquer outros documentos que se revelem necessários, comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário.

14. No caso previsto no número anterior o contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de líder de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07, e ainda os poderes especiais para receber das entidades adjudicantes, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.

CLÁUSULA 28.ª

MODO DE PRESTAÇÃO E VALOR DA CAUÇÃO

1. Dado o preso base do procedimento, e nos termos dos artigos 88.º e 89.º do CCP, é exigida a prestação de caução em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual da prestação de serviços.

2. Nos termos do art.º 90.º do CCP, os modelos referentes à caução constam dos ANEXOS C, D e E deste Programa do Procedimento, consoante venha a ser prestada por garantia bancária, por seguro-caução ou por depósito em dinheiro ou títulos. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

3. De acordo com o art.º 91.º do CCP, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos artigos anteriores, a caução que lhe seja exigida.

CLÁUSULA 29.ª

MINUTA E OUTORGA DO CONTRATO

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do CCP, a minuta de contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação e é notificada ao adjudicatário também em simultâneo com a decisão de adjudicação.

2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos termos do artigo 102.º do CCP, nos três dias subsequentes à respetiva notificação.

3. O contrato deverá ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

4. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 15 (quinze) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP.

5. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, a data, a hora e o meio eletrónico através do qual ocorrerá a outorga do contrato.

CLÁUSULA 30.ª

CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

1. O Dono da Obra reserva-se o direito de não adjudicar caso, por razões alheias à Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado, o financiamento externo aprovado não seja disponibilizado.

CLÁUSULA 31.ª

ENCARGOS DO CONCORRENTE

Constituem encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta, a celebração dos contratos, de seguros indicados no caderno de encargos, a constituição das cauções exigidas no Programa do Procedimento e as despesas inerentes à celebração do Contrato.

CLÁUSULA 32.^a**INFORMAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

1. Nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), a Entidade Adjudicante é a responsável pelo tratamento dos dados pessoais no âmbito do presente procedimento pré-contratual, relativamente aos dados referidos no número seguinte.
2. Os dados pessoais contidos nas propostas, nos documentos que as acompanhem e, bem assim, nas respostas aos pedidos de esclarecimentos, pronúncias e documentos de habilitação, entre outros não expressamente previstos neste Cláusula, apresentados ao abrigo do presente procedimento, cuja obrigação decorre diretamente do Código dos Contratos Públicos, serão tratados nos termos permitidos por lei e no âmbito de finalidades relacionadas com a tramitação do procedimento, sendo a Entidade Adjudicante alheia ao tratamento que lhes é dado pelos restantes operadores económicos participantes.
3. A Entidade Adjudicante poderá transmitir os dados pessoais a que se refere o presente Cláusula aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.
4. Todos os dados pessoais constantes da proposta apresentada são exatos e atualizados e, quando detidos por titulares de dados pessoais diversos da entidade subscritora da proposta, considera-se que esta entidade se encontra legitimada a transmiti-los à Entidade Adjudicante, nos termos previstos no RGPD.
5. De acordo com a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, os dados pessoais são conservados pelo prazo de 10 anos, contados a partir o encerramento do procedimento pré-contratual, salvo se, sendo necessários para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais ou de outra natureza, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 58/2019, de 08.08, enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos correspondentes.
6. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:
 - a) A exercer perante a Entidade Adjudicante: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
 - b) A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados (através do email arbcas@sapo.pt): direito de apresentar exposições;
 - c) A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): direito de apresentar reclamação;

- d) A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.

CLÁUSULA 33.^a

IMPUGNAÇÕES ADMINISTRATIVAS

As impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos regem-se pelo disposto no título VII do CCP e, subsidiariamente, pelo disposto no Código do Procedimento Administrativo, e devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica.

CLÁUSULA 34.^a

NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e o(s) interessado(s), na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

CLÁUSULA 35.^a

PREVALÊNCIA

Nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 40.º do CCP, as indicações constantes do presente programa de concurso prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência, e de acordo com o estabelecido no artigo 51.º do mesmo Código, as normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

CLÁUSULA 36.^a

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissa no presente Programa do Procedimento, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, suas posteriores alterações e republicações, e restante Legislação aplicável.



ANEXOS

ANEXO A

MODELO DA PROPOSTA

A _____... (*indicar denominação social e sede ou nome, estado, profissão e morada*), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Concurso Público para contratação da prestação de serviços para “**Projeto de execução do Bloco de Rega do Concelho**”, obriga-se a executar o referido objeto contratual, de harmonia com as condições patenteadas, pela quantia de _____ € (algarismos e por extenso), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal de _____% em vigor que perfaz a quantia de _____ € (algarismos e por extenso).

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data

Carimbo e Assinatura(s)

ANEXO B

MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTA

1. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Nos termos do disposto na alínea n) do n.º 1 do art.º 132 do CCP, o critério de adjudicação da prestação de serviços é o da *proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator*, através da ponderação dos fatores e subfactores de avaliação relativos aos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos:

Valia Técnica da Proposta (VTP) – 70%

Preço Global (PG) – 30%

A avaliação global de cada proposta resultará da agregação dos resultados parciais, sendo a pontuação final da proposta **PF**, obtida pela fórmula:

$$PF = (VTP \times 0,70) + (PG \times 0,30)$$

O arredondamento da pontuação obtida é à centésima.

A cada factor será atribuído um índice de 1 a 10, obtido a partir da ponderação dos diferentes subfactores indicados nos pontos 1.1 e 1.2, este índice será afetado pelo coeficiente indicado entre parêntesis.

1.1. VALIA TÉCNICA DA PROPOSTA

Proposta de muito boa qualidade e com um nível excelente de detalhe dos trabalhos especificados no Caderno de Encargos, no que se refere aos aspetos de factor em apreciação	10
Proposta de boa qualidade e com um bom nível de detalhe dos trabalhos especificados no Caderno de Encargos, no que se refere aos aspetos de factor em apreciação	8
Proposta de qualidade satisfatória e com um nível de detalhe adequado dos trabalhos especificados no Caderno de Encargos, no que se refere aos aspetos de factor em apreciação	6
Proposta de qualidade fraca e com um nível de detalhe mediano dos trabalhos especificados no Caderno de Encargos, no que se refere aos aspetos de factor em apreciação	4
Proposta de muito fraca qualidade que não satisfaz no detalhe dos trabalhos especificados no Caderno de Encargos, no que se refere aos aspetos de factor em apreciação	2
Proposta de sem qualidade que não evidência qualquer detalhe dos trabalhos especificados no Caderno de Encargos, no que se refere aos aspetos de factor em apreciação	0

Caso a proposta apresente uma qualidade intermédia nos descritores de valorização dos seus atributos no fator qualitativo Valia Técnica da Proposta, serão atribuídas as pontuações intermédias ímpares às apresentadas no quadro anterior.

Na avaliação deste fator ter-se-á em consideração os documentos apresentados em resposta ao ponto 14 do presente programa do procedimento

Os subfactores e respetivos pesos a considerar na apreciação são os seguintes:

SUBFACTORES	DESIGNAÇÃO	PONDERAÇÃO
A1	Avaliação da organização e qualidade geral da proposta.	0,30
A2	Avaliação da memória descritiva elaborada de acordo com a alínea d) do ponto 14.2 do programa do procedimento.	0,70

Calculado de acordo com a fórmula seguinte, em que A1 e A2 representam a pontuação atribuída (1 a 10) ao respetivo subfactor:

$$VTP = (0,30 \times A1) + (0,70 \times A2)$$

1.2 PREÇO GLOBAL

VALOR DA PROPOSTA	INDICE A ATRIBUIR
$vp \leq 0,55 Pb$	10
$0,55 Pb < vp \leq 0,60 Pb$	8
$0,60 Pb < vp \leq 0,65 Pb$	6
$0,65 Pb < vp \leq 0,70 Pb$	4
$0,70 Pb < vp \leq 0,80 Pb$	3
$0,80 Pb < vp \leq 0,95 Pb$	2
$0,95 Pb < vp \leq Pb$	1

Em que:

Pb – Preço Base

vp - Valor da proposta apresentada pelo concorrente

ANEXO C

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

Euros:.....€

Vairesidente (ou com escritório) em ..., na ..., depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia de (por extenso em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por), como caução exigida para a empreitada de....., para os efeitos do n.º 3 do artigo 90.º do CCP. Este depósito fica à ordem de (entidade), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data

Assinaturas.....

ANEXO D

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O Banco, com sede em, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de....., com o capital social de, presta a favor de (Entidade Adjudicante), garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de, correspondente a(percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a (Adjudicatário) assumirá no contrato que com ela a (Entidade Adjudicante) vai outorgar e que tem por objeto a empreitada “.....”, regulado nos termos da legislação aplicável.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da (Entidade Adjudicante) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a (Adjudicatário) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo da execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Data.....

Assinaturas.....

ANEXO E

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

A companhia de seguros, com sede em, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de....., presta a favor de (Entidade Adjudicante), e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de, correspondente a (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a..... (Entidade Adjudicante) vai outorgar e que tem por objeto a empreitada “, regulado nos termos da legislação aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da (Entidade Adjudicante) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a (Adjudicatário) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à (Entidade Adjudicante) quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável

Data.....

Assinaturas.....

ANEXO F

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

(RETIRAR AQUANDO DO PREENCHIMENTO)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as indicações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.